



Número: **0067381-20.2015.4.01.3400**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **8ª Turma**

Órgão julgador: **Gab. 23 - DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA**

Última distribuição : **14/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0067381-20.2015.4.01.3400**

Assuntos: **Incidência sobre Aplicações Financeiras**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
GWI BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - BANCO ITAUBANK S/A (APELANTE)			JULIO CESAR SOARES (ADVOGADO)	
FAZENDA NACIONAL (APELADO)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
53531556	05/05/2020 17:30	Decisão	Decisão	Interno



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 23 - DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA

PROCESSO: 0067381-20.2015.4.01.3400
PROCESSO REFERÊNCIA: 0067381-20.2015.4.01.3400
CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)

APELANTE : GWI BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - BANCO ITAUBANK S/A
ADVOGADO : JULIO CESAR SOARES - DF29266-A

APELADO : UNIÃO (PFN)

DECISÃO

Indefiro a substituição do depósito por fiança bancária ou seguro garantia com a finalidade de manter suspensa a exigibilidade do crédito tributário porque essas garantias não figuram no rol taxativo do art. 151 do CTN. Nesse sentido é o recurso repetitivo do STJ REsp 1.156.668-DF.

Diante da crise decorrente da pandemia que assola o País, a Administração adotou diversas medidas, dentre as quais destacam-se:

- Portaria 103 de 17.03.2020 do Ministro da Economia, suspendendo por até 90 dias a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuintes e de rescisão de parcelamentos por inadimplência;

- Portaria Conjunta 55 de 23.03.2020 RFB/PGFN: "Art. 1º *Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta;*

- Portaria 139 de 03.04.2019 do Ministro da Economia prorrogando o prazo de recolhimento de contribuições previdenciárias do art. 21/I da Lei 8.212/1991 e as contribuições para o Pis/Pasep e Cofins;

- MP 960 de 30.04.2020: Prorroga os prazos de suspensão de



pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020;

- MP 932 de 31.03.2020 - reduziu pela metade as contribuições para o sistema “S”;

- Resolução CGSN 154 de 03.03.2020 – prorrogou prazo para pagamento de tributos apurados no âmbito do Simples Nacional.

Publicar e fazer conclusão para julgamento.

Brasília, 05.05.2020.

NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS

Des. Federal Relator

